

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – NOVEMBRO 2021

ICMS.....	2
LEGISLAÇÃO.....	2
JURISPRUDÊNCIA.....	3
ISS.....	4
LEGISLAÇÃO.....	4
IR E CSLL.....	5
LEGISLAÇÃO.....	5
JURISPRUDÊNCIA.....	5
PIS E COFINS.....	8
JURISPRUDÊNCIA.....	8
DIVERSOS.....	11
LEGISLAÇÃO.....	11
Jurisprudência.....	11

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. AUTORIZAÇÃO PARA A REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS MEDIANTE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS – INCLUSÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NAS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS nº 175/2021
 - **Convênio ICMS nº 194, de 11 de novembro de 2021 (DOU 12.11.21)**

2. PE - AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSAR PARCIALMENTE O PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DEFINIDO COMO PENALIDADE PELA PRÁTICA DE CONDUTAS QUE IMPORTEM A IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO ICMS nº 121/2018
 - **Convênio ICMS nº 195, de 11 de novembro de 2021 (DOU 12.11.21)**

3. EFD - LIVRO DE REGISTRO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE - BLOCO K - OBRIGATORIEDADE – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO AJUSTE SINIEF nº 02/2009
 - **Ajuste SINIEF nº 41, de 11 de novembro de 2021 (DOU 18.11.21)**

4. [EFD - MANUAL DE ORIENTAÇÃO AO CONTRIBUINTE – INSTITUIÇÃO DO LEIAUTE 016 VÁLIDO DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022](#)
 - **Publicação da Nota Técnica 2021.001 Versão 1.1**

5. NF-E - FUNCIONAMENTO DO WEB SERVICE DE DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS – DISPOSIÇÕES
 - **Publicação da Nota Técnica 2014.002 Versão 1.11**

6. NF-E – ALTERAÇÃO E CRIAÇÃO DE CAMPOS E DE REGRAS DE VALIDAÇÃO
 - **Publicação da Nota Técnica 2021.004 Versão 1.00**

7. ES – INCENTIVOS FISCAIS – INVEST/ES E COMPETE/ES – PLACAS INDICATIVAS - DISPOSIÇÕES
 - **Portaria nº 104-R, de 23 de novembro de 2021 (DOE-ES 24.11.21)**

8. MG – IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ENERGIA SOLAR E EÓLICA – ISENÇÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
 - **Decreto nº 48.296, de 11 de novembro de 2021 (DOE-MG 12.11.21)**

9. PE – PRODEPE - TERMO FINAL DE FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – PRORROGAÇÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO Nº 46.957/2018
- **Decreto nº 51.802, de 18 de novembro de 2021 (DOE-PE 19.11.21)**
10. RJ – SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE CARGAS, PESSOAS E VALORES – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
- **Resolução SEFAZ nº 289, de 23 de novembro de 2021 (DOE-RJ 26.11.21)**
11. RJ – PROCEDIMENTOS PARA CORREÇÃO DE ERROS NO DESTAQUE DO ICMS
- **Resolução SEFAZ nº 290, de 23 de novembro de 2021 (DOE-RJ 26.11.21)**
12. RS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEDÊNCIA DO DIREITO DO VALOR A RESTITUIR – POSSIBILIDADE – ALTERAÇÃO PROMOVIDA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP Nº 45/1998
- **Instrução Normativa RE nº88, de 10 de novembro de 2021 (DOE-RS 10.11.21)**
13. RS – CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – LIMITES DE APROPRIAÇÃO
- **Instrução Normativa RE nº 91, de 25 de novembro de 2021 (DOE-RS 25.11.21)**
14. SC – TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO - REGIME ESPECIAL - DIFERIMENTO - ENERGIA ELÉTRICA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE - MERCADORIAS - ALTERAÇÃO
- **Decreto nº 1.580, de 24 de novembro de 2021 (DOE-SC 25.11.21)**
15. SC – CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS - PROJETOS CULTURAIS - DISPOSIÇÕES
- **Portaria SEF nº 464, de 19 de novembro de 2021 (DOE-SC 24.11.21)**
16. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS ELÉTRICOS – BASE DE CÁLCULO E IVA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 04/2018
- **Portaria CAT nº 83, de 29 de outubro de 2021 (DOE-SP 30.10.21)**

JURISPRUDÊNCIA

17. ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES – ALÍQUOTAS MAJORADAS – INCONSTITUCIONALIDADE
- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SISTEMA ELETRÔNICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SISCON) – REGISTRO DA DEDUÇÃO DE MATERIAIS – PROCEDIMENTOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 24/2016
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 14, de 12 de novembro de 2021 (DOM-SP 13.11.21)**

2. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – ALTERAÇÕES DIVERSAS NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS – BASE DE CÁLCULO
 - **Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021 (DOM-SP 27.11.21)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO AO TRABALHADOR – DEDUÇÃO DO IRPJ – NOVAS LIMITAÇÕES
 - **Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 (DOU 11.11.21)**
2. REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 18 CPC – AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO OU ADOÇÃO DE NOVOS MÉTODOS OU CRITÉRIOS CONTÁBEIS – AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS NA APURAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS
 - **Ato Declaratório Executivo nº 34, de 11 de novembro de 2021 (DOU 23.11.21)**

JURISPRUDÊNCIA

3. REGRAS ACERCA DA INCIDÊNCIA DE IR SOBRE JUROS DE MORA – COMPATIBILIZAÇÃO COM JURISPRUDÊNCIA DO STF
 - **Tema Repetitivo nº 878 do Superior Tribunal de Justiça**
4. LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR – TRATADO BRASIL-ARGENTINA – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR – TRATADO BRASIL-EQUADOR – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR – TRATADO BRASIL-ESPANHA – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM CONTROLADA OU COLIGADA NO EXTERIOR – INEXISTÊNCIA DE BASE LEGAL PARA TRIBUTAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NA LEGISLAÇÃO RELATIVA À DISPONIBILIZAÇÃO DOS LUCROS DO EXTERIOR
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. TRIBUTAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL COM CONTROLADAS E/OU COLIGADAS NO EXTERIOR – IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NO ART. 25 DA LEI Nº 9.249/95
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. PERDAS EM OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – EXISTÊNCIA DE GARANTIA REAL – IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO LÍCITO – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. PREJUÍZO FISCAL – INCORPORAÇÃO – INOBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 30% - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. PREJUÍZO FISCAL – INCORPORAÇÃO – INOBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 30% - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

13. IRPF – *STOCK OPTIONS* – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. IRPF – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE OS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM ATRASO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. IRPF – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE OS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE O PAGAMENTO EM ATRASO DE VERBAS ALIMENTARES PAGAS A PESSOAS FÍSICAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. IRPF – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE OS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE VERBAS ISENTAS OU FORA DO CAMPO DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. SELIC – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal do Rio de Janeiro**

18. LUCRO ARBITRADO – MEDIDA EXCEPCIONAL – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA OPÇÃO EXERCIDA PELO CONTRIBUINTE QUANDO A FISCALIZAÇÃO POSSUIR MEIOS HÁBEIS PARA APURAÇÃO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

19. IRRF – FALTA DE RETENÇÃO – MULTA ISOLADA – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

20. IRPF – IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA SOBRE VALORES REFERENTE À VENDA DE PESSOA JURÍDICA ENQUANTO MANTIDOS EM *ESCROW ACCOUNT*

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

21. IRPF – INCORPORAÇÃO DE AÇÕES – INCIDÊNCIA QUANDO VERIFICADO GANHO DE CAPITAL POR SE TRATAR DE ALIENAÇÃO – TRIBUTAÇÃO AINDA QUE EXISTAM CLÁUSULAS SUSPENSIVAS

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. TELECOMUNICAÇÕES – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE INTERCONEXÃO DE *ROAMING* - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
2. CIGARROS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – VENDA EM VALOR INFERIOR AO ESTIMADO – RESTITUIÇÃO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de Nova Iguaçu**
3. ISS – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal do Amazonas**
4. DESPESAS COM TAXAS DE CARTÃO DE CRÉDITO – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. DESPESAS COM TRADUÇÃO, CONTRATOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE VÍDEO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS – DESPESAS COM GESTÃO DE ARQUIVOS, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, RECRUTAMENTO, ALOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA, HOTELARIA, ADVOCACIA, INTERNET E MASSAGEM – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. VENDA DE AÇÕES DECORRENTES DE DESMUTUALIZAÇÃO DECORRENTES DAS TRANSFORMAÇÕES DE TÍTULOS PATRIMONIAIS DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. FRETE ENTRE ESTABELECIMENTOS, REMESSA PARA ARMAZENAGEM NA VENDA OU PROCESSO PRODUTIVO, BEM COMO NA FORMAÇÃO DE LOTE PARA EXPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. DESPESAS COM CAIXAS DE MADEIRA E *PALLETS* – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. DESPESAS COM FRETES DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. DESPESAS COM FROTAS, PEÇAS E SUAS PARTES – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. CESSÃO ONEROSA DE CRÉDITOS DE ICMS DA EXPORTAÇÃO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. DESPESAS COM FRETES NA AQUISIÇÃO DE TRIBUTOS ISENTOS OU SUJEITOS À ALÍQUOTA ZERO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. SALDO CREDOR TRIMESTRAL ORIGINÁRIO DE RECONHECIMENTO DE CRÉDITO EXTEMPORÂNEO – RESSARCIMENTO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. INSUMOS – AQUISIÇÃO PARA ENTREGA FUTURA – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DO CRÉDITO NO MOMENTO DO SIMPLES FATURAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. AQUISIÇÃO DE OURO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS AINDA QUE INCORPORADO AO PROCESSO PRODUTIVO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. LICENCIAMENTO OU CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE DESENVOLVIDO NO EXTERIOR – ENQUADRAMENTO COMO IMPORTAÇÃO – SUJEIÇÃO AO REGIME NÃO CUMULATIVO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. GASTOS COM VALE-TRANSPORTE DE EMPREGADOS LIGADOS À PRODUÇÃO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE APENAS EM RELAÇÃO À PARCELA CUSTEADA PELO EMPREGADOR
 - **Solução de Consulta nº 7.264, de 6 de outubro de 2021 (DOU 09.11.21)**

- 19. GASTOS COM CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA TRANSPORTE DE EMPREGADOS LIGADOS À PRODUÇÃO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE – GASTOS COM TRANSPORTE PRÓPRIO - IMPOSSIBILIDADE**
- **Solução de Consulta nº 4.034, de 23 de novembro de 2021 (DOU 24.11.21)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS VINCULANTES À SÚMULAS CARF
 - **Portaria CARF/ME nº 12.975 de 10 de novembro de 2021 (DOU 11.11.21)**

2. CENTRO VIRTUAL DE ATENDIMENTO (E-CAC) DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – PROCEDIMENTOS NA OUTORGA DE PODERES – ALTERAÇÃO PROMOVIDA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 1.751/2017
 - **Instrução Normativa RFB nº2.046, de 11 de novembro de 2021 (DOU 12.11.21)**

3. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS (TFE) – ATIVIDADES SUJEITAS AO RECOLHIMENTO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 07/2014
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 15, de 12 de novembro de 2021 (DOM-SP 13.11.21)**

JURISPRUDÊNCIA

4. FAP – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

5. ITR – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO ADA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. ITCMD – INCIDÊNCIA SOBRE PREVIDÊNCIA PRIVADA NA MODALIDADE VGBl – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

7. HABILITAÇÃO, PELA PGFN, DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO PROCESSO DE FALÊNCIA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

8. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SÓCIO AFASTADO ANTES DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

9. ITR – COBRANÇA SOBRE ÁREA INVADIDA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. IMPOSIÇÃO DE MULTA PELA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS QUANDO EM DÉBITO COM A SEGURIDADE SOCIAL - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. PLR – ANTECIPAÇÕES MENSAS – INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA QUANDO OS PAGAMENTOS OCORREREM MAIS DE DUAS VEZES AO ANO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PLR – DIRETORES NÃO EMPREGADOS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PLR – RECUSA DO SINDICATO EM PARTICIPAR DAS NEGOCIAÇÕES – OBRIGAÇÃO DA EMPRESA EM COMUNICAR O FISCO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PLR – FALTA DE CLAREZA E REGRAS PRÉ-FIXADAS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. COMPENSAÇÃO – ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COMPENSADO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. ENTREGA, POR VIA POSTAL, DE DOCUMENTOS CUJA OBRIGATORIEDADE É DIGITAL – NÃO COMPROVAÇÃO DO IMPEDIMENTO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. ITR – ÁREA DE RESERVA LEGAL – AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA – DISPENSA DO ADA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. DIVERGÊNCIA ENTRE DIPJ E DCTF – LANÇAMENTO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

19. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TICKET REFEIÇÃO – FALTA DE INSCRIÇÃO NO PAT – EQUIPARAÇÃO À ALIMENTAÇÃO *IN NATURA* – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

20. LANÇAMENTO – ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO – NULIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**